

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, maio de 2012, número 53. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

DATALUTA – Mato Grosso

ARTIGO DO MÊS

O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

XVII Encontro Nacional de Geógrafos - ENG

UFMG/Belo Horizonte – Minas Gerais, 23 a 28 de julho de 2012

XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA

UFU/Uberlândia – Minas Gerais, 15 a 19 de outubro de 2012

II Global Land Grabbing

Cornell University/Ithaca – New York, October, 17 - 19, 2012

PUBLICAÇÃO

Atlas do Trabalho Escravo no Brasil

Autores: Hervé Théry, Neli Aparecida de Mello, Julio Hato, Eduardo Paulon Girardi

O Atlas caracteriza pela primeira vez a distribuição, os fluxos, as modalidades e os usos do trabalho escravo no país, nas escalas municipal, estadual e regional, utilizando fontes oficiais e consolidadas do Ministério do Trabalho e da Comissão Pastoral da Terra. Também aponta as associações mais frequentes do fenômeno, como aquela com o desmatamento. Além do diagnóstico inédito, oferece dois produtos novos para a sociedade brasileira: o Índice de Probabilidade de Trabalho Escravo e o Índice de Vulnerabilidade ao Aliciamento. Trata-se de ferramentas inovadoras e essenciais para gestores de políticas públicas e que podem contribuir expressivamente para o planejamento governamental no combate a esta prática criminosa comum no campo brasileiro.

Link para acesso: <http://amazonia.org.br>



APOIO  ciência na unesp

Elaborado por Danilo Valentin Pereira e Marina Fortunato Bueno da Silveira (bolsistas Ciência na Unesp). Pesquisadores do NERA.
Coordenação: Carlos Alberto Feliciano; Revisão: Rubens dos S. R. Souza (bolsista FAPESP) e Francilane Eulália de Souza

Leia outros números do BOLETIM DATALUTA em www.fct.unesp.br/nera

DATALUTA – MATO GROSSO

Eduardo Paulon Girardi

Professor do Departamento de Geografia da Unesp – Campus de Presidente Prudente.
girardi@fct.unesp.br; www.fct.unesp.br/nera/atlas

Onélia Carmem Rossetto

Professora do Departamento de Geografia da UFMT – Campus de Cuiabá.
carmemrossetto@gmail.com

Carlos André da Silva

Aluno do curso de Geografia da UFMT – Cuiabá. Bolsista PIBIC - CNPq em 2010.
andre.geografia2011@gmail.com

Flávio Aparecido da Costa Assumpção

Aluno do curso de Geografia da UFMT – Cuiabá. Bolsista PIBIC - CNPq em 2010
flavio.assumpcao@gmail.com.br

Marcelo Carlos Moreira

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMT – Cuiabá – Bolsista CAPES.
geo_marcelo@yahoo.com.br

Em 2009 foi iniciado o projeto *Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA) - Mato Grosso*. Este projeto faz parte da Rede DATALUTA, que congrega projetos DATALUTA estaduais (SP, MG, PR, MT, MS, SE, PB, RS e ES). O primeiro resultado publicado foi o *Relatório DATALUTA Mato Grosso – 2009*, disponível integralmente em www.fct.unesp.br/nera e cujos principais resultados são apresentados neste artigo. O objetivo com o DATALUTA Mato Grosso é acompanhar as manifestações de luta pela terra, a política de assentamentos rurais e a estrutura fundiária em Mato Grosso, além de contribuir com o projeto DATALUTA – Brasil (Rede DATALUTA) com dados mais amplos sobre esses temas no estado.

A metodologia do DATALUTA Mato Grosso consiste no acompanhamento diário de reportagens em jornais sobre ocupações de terra e outras manifestações sobre a luta pela terra. São acompanhados os três jornais de maior circulação no estado: Diário de Cuiabá, A Gazeta e Folha do Estado. As reportagens sobre os temas são arquivadas e as informações são inseridas em um banco de dados que contribui com o DATALUTA Brasil. Sobre a estrutura fundiária, são trabalhados os dados do Cadastro do INCRA e dos Censos Agropecuários do IBGE.

Mato Grosso pode ser considerado hoje um dos maiores emblemas da manifestação da questão agrária no Brasil, pois comporta, na atualidade, toda a contradição histórica do problema no país através da expressão do arcaico e do moderno nas técnicas e nas relações sociais de produção; na estrutura social e na forma como faz surgir e trata as questões-problemas relacionadas ao agrário. A reprodução, na Amazônia e no Centro-Oeste, do modelo histórico brasileiro de incorporação de frações do território à economia nacional, não é simples; este processo conhece nessas regiões a atualidade da acumulação, concentração e territorialização do capital com intensidades e escalas jamais vistas, o que agudiza ainda mais a desigualdade do espaço geográfico produzido nessas regiões. A forma como essas partes do território nacional estão sendo inseridas na economia nacional é altamente depredatória quanto à exploração do homem e ao uso dos bens comuns da natureza e do Estado para o favorecimento de um número restrito de empresas e pessoas, brasileiras e estrangeiras.

A forma como a terra é apropriada pelos grupos sociais é um dos determinantes da questão agrária, pois, além de ser a base da produção agropecuária, reflete o poder econômico e político que cada grupo detém, influenciando no jogo de forças para ser melhor contemplado pela legislação e por políticas públicas. O processo de apropriação privada da terra em Mato Grosso privilegiou a grande propriedade e foi caracterizado por toda sorte de clientelismo e fraude que permitisse a concentração, como mostra Moreno (2007).

O Censo Agropecuário de 2006 revela que Mato Grosso tem o segundo maior índice de concentração de terra do Brasil, ficando atrás somente de Alagoas. O índice de Gini da estrutura fundiária de Mato Grosso era de 0,909 em 1985, passou para 0,870 em 1996 e chegou a 0,865 em 2006, ano em que o índice para o Brasil era de 0,856. Em 2006, 122 dos 141 municípios mato-grossenses apresentaram índice de Gini superior a 0,700, grau de concentração da terra considerado alto (mapa 01).

Ao utilizarmos os dados do Cadastro do INCRA para calcular o índice de Gini da terra – uma das atividades do projeto DATALUTA – Mato Grosso - obtivemos resultados um pouco diferentes daqueles do IBGE, indicando concentrações menores. Para o ano de 2003 o índice de Gini para o estado de Mato Grosso era de 0,763, em uma tendência desconcentradora desde 1992, como pode ser visto na tabela 01. Uma das explicações para a desconcentração da terra entre 1998 e 2008 é o desmembramento dos imóveis muito grandes à medida em que as grandes propriedades, adquiridas nos anos 70 e 80 como reserva de valor, começam a ser divididas mediante a venda para a implantação de atividades produtivas, já que essas atividades tiveram grande avanço nas décadas de 1990 e 2000 com o fomento ao agronegócio da carne bovina e de grãos. Contudo, a análise dos dados do INCRA mostra que em 2008 eram 68 os municípios mato-grossenses que apresentavam índice de Gini igual ou superior a 0,700 (mapa 02).

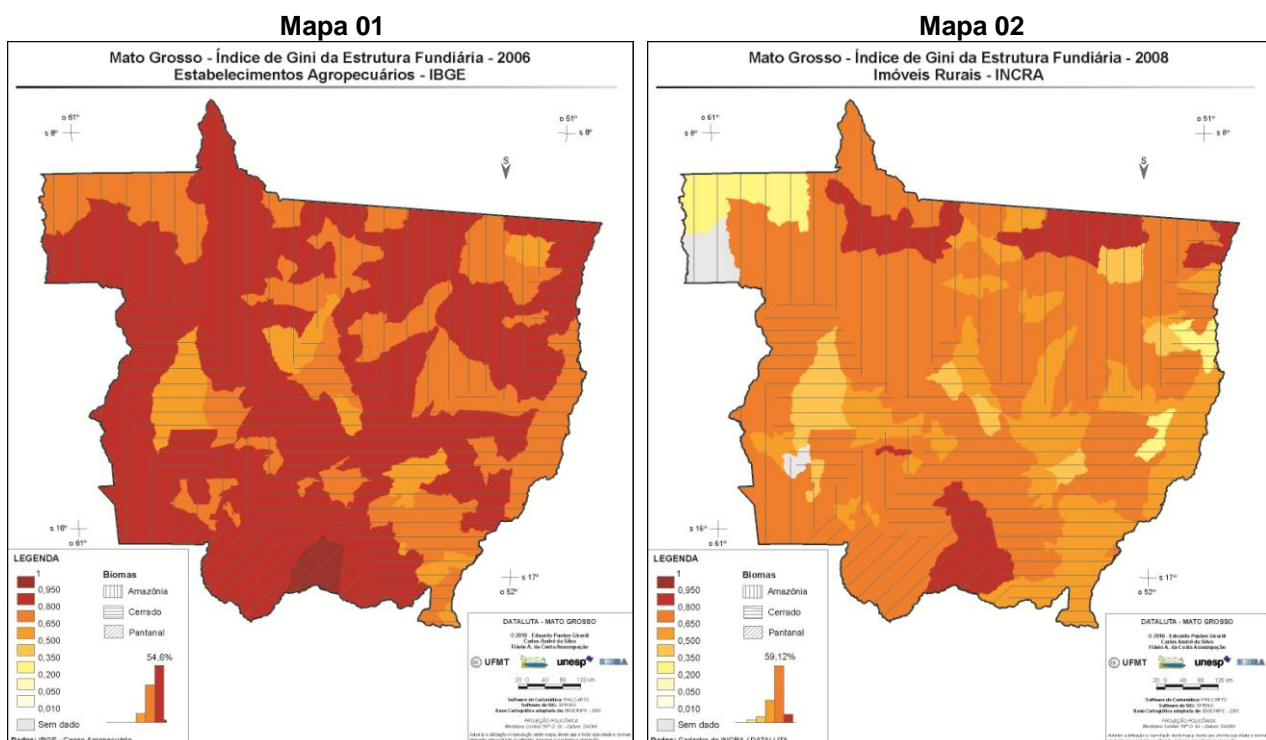


Tabela 01 – Mato Grosso – Estrutura Fundiária - INCRA – 1992, 1998 e 2008

Classe de área (ha)	1992				1998				2008			
	Imóveis	Área (ha)	% imóveis	% da área	Imóveis	Área (ha)	% imóveis	% da área	Imóveis	Área (ha)	% imóveis	% da área
Menos de 1	65	26,50	0,07	0,00	83	36,60	0,09	0,00	57	34,50	0,05	0,00
1 a menos de 2	199	300,70	0,21	0,00	295	430,90	0,31	0,00	345	506,80	0,30	0,00
2 a menos de 5	580	2.066,80	0,61	0,00	1.199	4.059,90	1,27	0,01	1.638	5.580,00	1,42	0,01
5 a menos de 10	1.322	9.616,70	1,40	0,01	2.018	14.564,70	2,13	0,02	2.721	19.538,80	2,36	0,03
10 a menos de 25	5.032	86.084,60	5,31	0,12	7.404	127.046,90	7,82	0,17	9.508	163.619,80	8,23	0,23
25 a menos de 50	10.320	360.293,60	10,90	0,49	14.576	512.228,20	15,39	0,70	18.173	640.477,10	15,73	0,91
50 a menos de 100	11.554	771.600,00	12,20	1,06	17.373	1.163.682,30	18,34	1,60	20.276	1.389.224,50	17,55	1,97
100 a menos de 200	9.676	1.272.320,20	10,22	1,75	13.781	1.827.488,30	14,55	2,51	16.675	2.228.911,50	14,43	3,17
MENOS DE 200 (PEQUENA)	38.748	2.502.309,10	40,91	3,44	56.729	3.649.537,80	59,90	5,01	69.393	4.447.893,00	60,07	6,32
200 a menos de 500	10.098	3.234.835,20	10,66	4,44	15.587	5.066.901,50	16,46	6,96	19.349	6.218.633,50	16,75	8,83
500 a menos de 1000	4.838	3.400.944,50	5,11	4,67	7.737	5.438.453,90	8,17	7,47	9.680	6.806.196,80	8,38	9,67
1000 a menos de 2000	3.674	5.122.642,60	3,88	7,04	6.231	8.869.977,00	6,58	11,91	7.786	10.902.571,70	6,74	15,49
200 A MENOS DE 2000 (MÉDIA)	18.610	11.758.422,30	19,65	16,15	29.555	19.175.332,40	31,21	26,33	36.815	23.927.402,00	31,87	33,99
2000 a menos de 5000	3.423	10.054.347,50	3,61	13,81	5.853	17.109.497,80	6,18	23,50	6.995	20.648.940,20	6,05	29,34
5000 a menos de 10000	974	7.245.778,30	1,03	9,95	1.722	13.021.916,70	1,82	17,88	2.072	15.897.901,50	1,79	22,30
10000 a menos de 20000	359	5.000.652,10	0,38	6,87	524	7.161.861,60	0,55	9,84	151	2.051.239,50	0,13	2,91
20000 a menos de 50000	180	5.282.452,50	0,19	7,25	268	7.838.340,70	0,28	10,76	84	2.403.895,10	0,07	3,42
50000 a menos de 100000	40	2.641.711,80	0,04	3,63	48	3.236.654	0,05	4,45	13	875.929,50	0,01	1,24
100000 e mais	9	1.203.045,40	0,01	1,65	13	1.621.300,30	0,01	2,23	3	334.983,40	0,00	0,48
2000 E MAIS (GRANDE)	4.985	31.427.987,60	5,26	43,16	8.428	49.989.571,50	8,90	68,65	9.318	42.012.889,20	8,07	59,69
TOTAL	62.343	45.688.719,00	100	100	94.712	72.814.441,70	100	100	115.526	70.388.184,20	100	100
ÍNDICE DE GINI	0,813				0,803				0,763			

Fonte: Cadastro do INCRA / DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2010. www.fct.unesp.br/nera

A luta pela terra – no sentido amplo - pode ser verificada em Mato Grosso desde as primeiras investidas dos bandeirantes em busca de ouro e indígenas para o trabalho escravo e permaneceu desde então na luta dos indígenas contra a expulsão de suas terras e também na luta dos camponeses contra a expropriação violenta de suas pequenas posses pelos grileiros – esses dois processos são ainda importantes em Mato Grosso. No sentido específico que abordamos neste trabalho, a luta pela terra em Mato Grosso só foi intensificada a partir da metade da década de 1990, com a organização do MST no estado em 1994 e a realização da primeira ocupação pelo movimento no município de Pedra Preta em 1995. (FERNANDES, 2000).

Até então as lutas de resistência eram individuais ou em pequenos grupos, de forma isolada e intermediada por oportunistas que exploravam os trabalhadores que almejavam um lote de terra para trabalhar e viver. Este problema ainda persiste, mas a criação de assentamentos rurais mediante a reivindicação popular ganhou outras proporções e características com a organização do MST. Antes disso, os assentamentos rurais criados em Mato Grosso eram principalmente de colonização, implantados em terras públicas e serviam aos objetivos de uma contra-reforma agrária, já que para muitos deles foram destinadas populações de outras regiões do país que apresentavam conflitos pela terra.

Mato Grosso é, desde a década de 1930, destino de massas desintegradas de camponeses e sem-terras. A grande disponibilidade de terras devolutas e a ausência do Estado no controle da violência contra trabalhadores rurais e camponeses foram fatores importantes que contribuíram para a organização tardia de movimentos sociais no estado. O papel de Mato Grosso na questão agrária brasileira recente é tão importante que, como demonstra Fernandes (2000), no momento da fundação do MST no Sul do país, o dilema dos camponeses era “lutar pela terra ou migrar para Mato Grosso”. Os sulistas tinham como destino a porção central (Cerrado) ou norte (Amazônia) do estado de Mato Grosso.

MAPA 03:

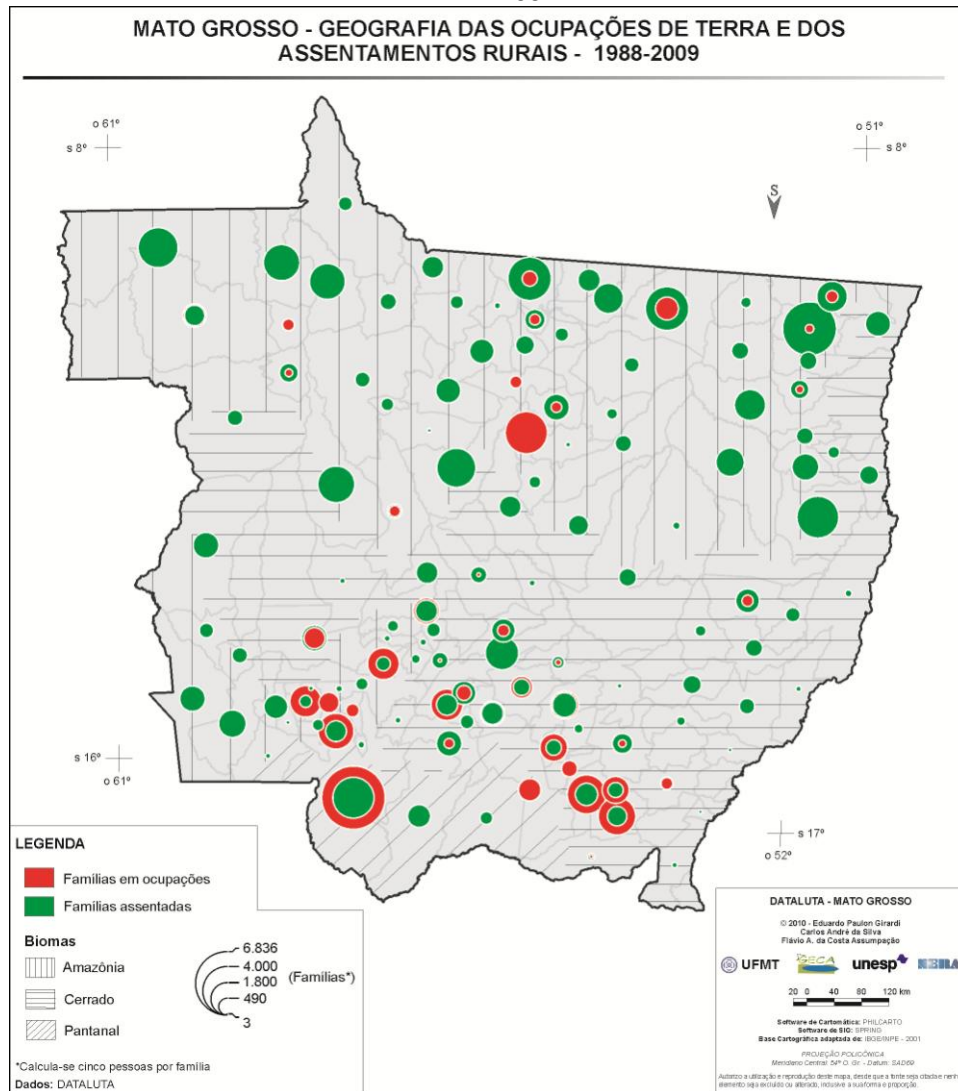
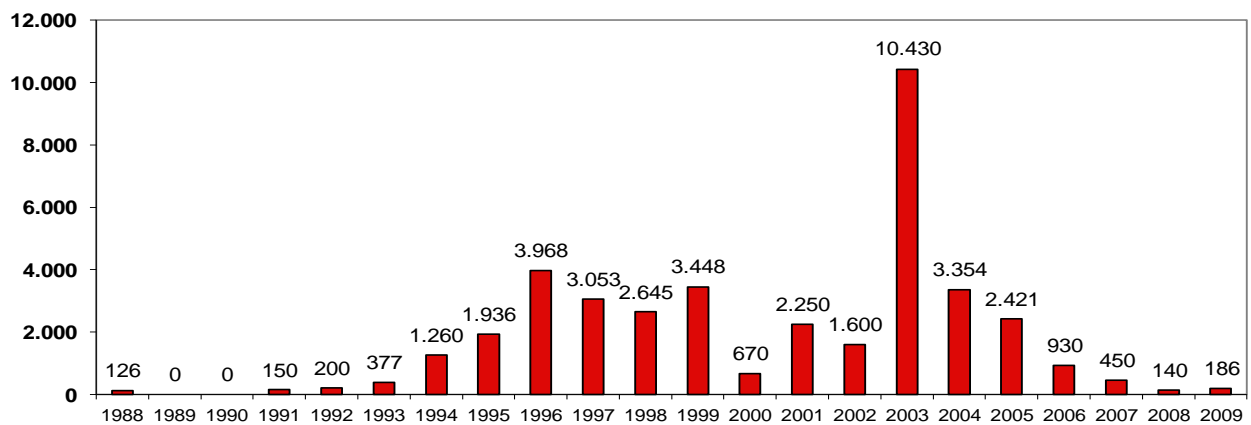
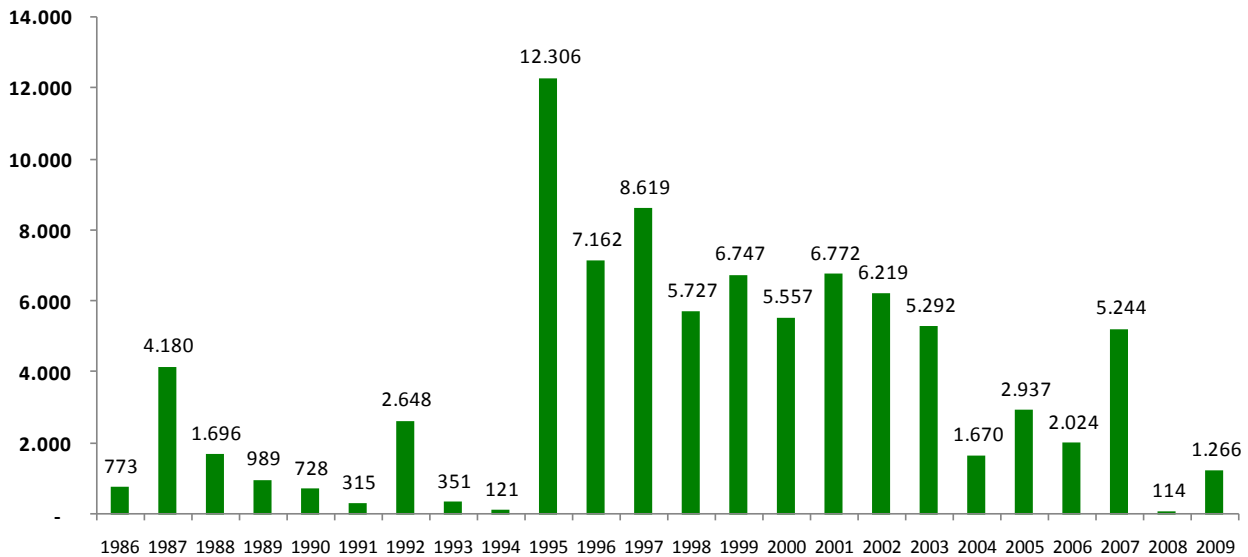


GRÁFICO 1 - MATO GROSSO - NÚMERO DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES - 1988-2009



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2010. www.fct.unesp.br/nera

GRÁFICO 02 – MATO GROSSO - FAMÍLIAS ASSENTADAS – 1998-2009

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2010. www.fct.unesp.br/nera

Já no final da década de 1980, quando a Comissão Pastoral da Terra iniciou o trabalho de registro dos conflitos no campo, há informações sobre ocupações de terra no estado de Mato Grosso. Os dados do DATALUTA (2009) mostram que no ano de 1988 ocorreram quatro ocupações nos municípios mato-grossenses de Rio Branco, Água Boa, São José do Xingu e Rondonópolis, sendo que em 1996, após o início das ações do MST, foram registradas 19 ocupações de terra com a participação de 3.968 famílias. No período 1988-2009 foram registradas 139 ocupações de terra no estado com a participação de 37.519 famílias. As ocupações no estado tiveram início e se concentram na porção sul, na região do Alto Paraguai, que compreende o Pantanal e partes adjacentes do Cerrado. Também é no sul do estado que estão quatro dos cinco municípios mais populosos e que juntos concentram 1/3 da população estadual: Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Cáceres.

A concentração das ocupações nessas regiões pode ser explicada por serem mais populosas do estado, concentrando assim maior contingente de trabalhadores rurais e camponeses expropriados que são potenciais beneficiários da reforma agrária. Além disso, a infraestrutura e o acesso aos serviços básicos também são melhores. Obviamente que esses não são os únicos determinantes para a realização de uma ocupação de terra. Essas ações são realizadas tendo em vista terras improdutivas e devolutas, que são as prerrogativas legais mais contundentes para a desapropriação das terras e criação de assentamentos.

Ao contrário das famílias em ocupações, as famílias assentadas em Mato Grosso estão concentradas principalmente no bioma Amazônia. Já o Cerrado, que constitui as terras mais propícias ao agronegócio, possui pouquíssimos assentamentos. Os assentamentos na Amazônia mato-grossense são resultado principalmente das ações de colonização e somente parte dos assentamentos do sul do estado tem relação com a luta pela terra promovida pelos movimentos socioterritoriais.

De 1979 até 2009 foram assentadas em Mato Grosso 101.973 famílias em 563 assentamentos, o que corresponde a quase 10% de todas as famílias assentadas no Brasil no período. Se analisarmos os Disponível em www.fct.unesp.br/nera

dados das ocupações de terra, de 1988 até 2009 foram registradas 139 ocupações com 37.519 famílias em Mato Grosso, que representa, respectivamente, 1,71% e 3,24% dos casos do Brasil. A desproporcionalidade quantitativa tem também uma expressão territorial e que pode ser vista no mapa 03. Há uma desarticulação territorial⁵ entre as regiões que concentram as ocupações de terra e aquelas que concentram os assentamentos, o que indica que os assentamentos não são implantados proporcionalmente nas mesmas regiões em que a terra é reivindicada. Isso mostra que, apesar de numericamente os dados de famílias assentadas serem no geral semelhantes aos de famílias em ocupações, os assentamentos criados não contemplam diretamente as famílias que lutam pela terra nas regiões de luta. Para isso, várias “alternativas de assentamentos” são criadas para dar uma resposta numérica, mas não territorial ao problema da luta pela terra.

Em 2003 foram registradas 30 ocupações de terra em Mato Grosso, mas desde então essas ações dos movimentos sociais têm diminuído constantemente, de forma que em 2009 foram registradas somente três ocupações no estado e no ano de 2010 nenhuma ocupação foi registrada. Este movimento de diminuição do número de ocupações acompanha um movimento nacional, mas que é menos acentuado do que o observado em Mato Grosso. A diminuição da luta pela terra direta através da ocupação de terra é ocasionada por um conjunto de fatores que desarticula a reforma agrária, alguns históricos e outros atuais. A violência contra camponeses e trabalhadores rurais é uma forma de desarticulação da luta pela terra utilizada desde os primórdios da formação agrária do Brasil.

Os dados mostram que em 2006 o estado de Mato Grosso foi o terceiro com maior índice de violência no campo, com 0,9 vítima de violência no campo para cada mil habitantes da zona rural. Também é histórica a desarticulação da reforma agrária praticada por grupos ruralistas inseridos no Estado e que direcionam políticas públicas, leis e decisões para o setor ruralista e contra os grupos camponeses, sendo uma de suas consequências a situação precária da maior parte dos assentamentos brasileiros. Não faltam exemplos de abandono de assentamentos rurais e benefícios descabidos às empresas do agronegócio nos municípios mato-grossenses.

Paralelamente ao crescimento dos projetos de assentamentos de reforma agrária de mercado, o governo tem diminuído a criação de assentamentos reformadores a partir da desapropriação de terras, utilizando subterfúgios como a regularização fundiária, o que pode incentivar a migração para as regiões da fronteira para o estabelecimento de posses que possam ser, em um momento futuro, objeto de regularização fundiária, a exemplo do programa Terra Legal.

Além desses elementos diretamente ligados à questão agrária e que desarticulam a reforma agrária, a conjuntura econômica do país nos últimos anos tem contribuído para a geração de empregos em setores que absorvem os potenciais beneficiários da reforma agrária, como a construção civil e a agropecuária. Especificamente no estado de Mato Grosso, o setor do agronegócio de grãos e de carne, também em crescimento devido à conjuntura econômica e política do país, absorve mão-de-obra, além das atividades rurais nos setores à jusante e à montante, como transporte, construção de infraestrutura, armazenamento, beneficiamento e processamento da produção. Além de absorver os potenciais beneficiários da reforma

⁵ Sobre este tema, ver Girardi (2008, p.181-184).
Disponível em www.fct.unesp.br/nera

agrária, esses setores também absorvem o público já assentado, que geralmente desenvolve trabalho acessório fora do lote para complementar a renda familiar insuficiente.

Apesar da diminuição do número de ocupações de terra em Mato Grosso, outras formas de manifestação dos movimentos foram mantidas e têm como foco, além da luta pela terra, a reivindicação de condições para permanecer na terra e melhorar a sua qualidade de vida e produção. Os levantamentos das notícias de jornais em 2010 e em 2011⁶ mostram que foram realizadas no estado manifestações com a participação de cerca de 3.450 famílias. As manifestações pelo acesso à terra reivindicam o assentamento de pessoas acampadas nas margens das BRs, maior rapidez nos processos judiciais relativos à questão da terra, vistoria de propriedades e reintegração de posse aos assentados. Quanto aos temas relativos às condições de vida e produção apresentados pelos movimentos nas manifestações, foram frequentes a questão do transporte de doentes em assentamentos, melhoria de vias de tráfego para os assentados, reivindicação de infraestrutura e melhoria nos serviços de saúde e educação nos assentamentos. Os movimentos também apresentaram em suas manifestações protestos sobre questões políticas como o repúdio a aprovação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do estado de Mato Grosso, contra a construção da usina de Belo Monte e em memória das vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás. Também os indígenas apresentam reivindicações sobre o reconhecimento de suas terras e melhoria na qualidade do atendimento à saúde nas aldeias. Essas manifestações demonstram que, embora na atualidade os movimentos estejam menos atuantes diretamente, conservam linhas estratégicas de ação para manter o tema da reforma agrária em discussão e para a melhoria das terras e condições conquistadas até hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra. Presidente Prudente: NERA/FCT-Unesp, 2009. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>.

FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIRARDI, E. P. Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

MORENO, G. Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla – 1892-1992. Cuiabá: UFMT/Entrelinhas, 2007.

OLIVEIRA, A. U. de. A Amazônia norte-matogrossense: grilagem, corrupção e violência. 1997. Tese (Livredocência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

⁶ Até o mês de junho de 2011.

Disponível em www.fct.unesp.br/nera